



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 251/2024 - COMPRASGOV N.º 90251/2024

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0715.004345.00091/2024-17
ÓRGÃO CONTRATANTE:	Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ
UASG:	927996
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRÔNICO
SRP:	[] SIM [X] NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	[X] MENOR PREÇO POR ITEM [] MENOR PREÇO POR LOTE [] MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM [] MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE
MODO DE DISPUTA:	[X] ABERTO
VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:	[X] SIM [] NÃO

VALOR ORÇADO:	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input type="checkbox"/> Valor de Referência
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
INVERSÃO DE FASES:	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). http://www.gov.br/compras/pt-br/
DATA DA ABERTURA:	08/10/2024
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	09h15min
PERÍODO DE RETIRADA:	24/09/2024 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	http://www.gov.br/compras/pt-br/ e/ou http://www.licitacao.ac.gov.br
PREGOEIRO(A):	Carolynne Renata Maia de Santana
DECRETO NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 990 de 03 de Setembro de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, Nº. 13.856 de 05 de Setembro de 2024.
<p>Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.</p>	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a Contratação de seguro total para o veículo, IVECO DAILY 45-160 CS EE 3520; ano de fabricação/modelo 2023/2024; chassi 95ZC644BZR8205023; veículo tipo caminhão equipado com baú; zero quilômetro; ar condicionado; e cor branca, pertencente a frota de veículos oficiais da Secretaria de Estado da Fazenda, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Minuta de Contrato

Anexo III: Modelo de Proposta de Preços

Anexo IV: Estudo Técnico Preliminar - ETP

2. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

2.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: selic.protocolo@gmail.com / selic.protocolo@ac.gov.br, ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.**

2.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.

2.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

2.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

2.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

3.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:

3.2.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

3.2.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3. **Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:**

3.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.8. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

3.3.8.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.3.9. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**

3.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.3.12. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.

3.4. O impedimento de que trata o **item 3.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.3.2 e 3.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7. O disposto nos **itens 3.3.2 e 3.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 4.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.
- 4.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. [148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 5.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**
- 5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).
- 5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

- 5.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 5.4 ou 5.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)
- 5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).
- 5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 5.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. **Valor total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e

utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.

6.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no **item 6.5**.

6.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

7. DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

7.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:

I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;

II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;

III - divulgação do resultado da habilitação;

IV - disputa entre os licitantes habilitados;

V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;

VI - divulgação do resultado do julgamento; e

VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

7.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.
- 8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.
- 8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 8.10. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 8.11. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual n.º 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).
- 8.12. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.12.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.12.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.12.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.12.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.
- 8.12.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.
- 8.12.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.
- 8.13. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.
- 8.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 8.15. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.15.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 8.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.17. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

8.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.19. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.

8.19.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.

8.20. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

8.20.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.

8.20.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.

8.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.

8.20.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.21. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.21.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

8.21.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e

8.21.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).

8.21.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em

8.22. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo III deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.

8.23. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com / selic.protocolo@ac.gov.br, a critério do(a) Pregoeiro(a).

8.24. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

8.24.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

8.24.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com / selic.protocolo@ac.gov.br, dentro do prazo estabelecido.

8.25. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

8.26. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

9.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.

9.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.

9.3. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

9.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

9.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

9.5. **Será desclassificada a proposta que:**

9.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;

9.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;

9.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;

9.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.

9.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de

propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

9.6. Considera-se indícios de inexecuibilidade da proposta:

9.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e

9.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

9.7.1. A inexecuibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:

9.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:

9.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

9.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

9.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.

9.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

9.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.

9.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

10.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

10.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

10.3.1. **Habilitação Jurídica**

a) Contrato social ou instrumento equivalente.

10.3.2. **Regularidade Fiscal e Trabalhista**

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei

- c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

10.3.3. **Qualificação Econômico-Financeira**

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).

b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

10.3.4. **Qualificação Técnica**

a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

b) **E demais exigências solicitadas no Termo de Referência - Anexo I, do edital, conforme item 16, subitem 16.5.**

10.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.

10.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com / selic.protocolo@ac.gov.br, a critério do(a) Pregoeiro(a).

10.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

10.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

10.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com / selic.protocolo@ac.gov.br, dentro do prazo estabelecido.

10.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

10.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

10.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.

10.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

10.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

10.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

10.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.

10.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

10.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitante(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

10.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

11. DO SANEMANTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

11.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

11.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

11.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e

III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

11.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

11.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

11.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

11.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

11.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com / selic.protocolo@ac.gov.br, a critério do(a) Pregoeiro(a).

11.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

12. DOS RECURSOS

12.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.

12.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).

12.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.

12.3. A apreciação se dará em fase única; e

12.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

12.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:

12.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e

12.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.

12.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.

12.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

12.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

12.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

- 13.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;
- 13.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;
- 13.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e
- 13.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

14. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

14.1. Não se aplica.

15. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

15.1. Não se aplica.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será permitido a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

17. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO

17.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

18. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO

18.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

19.1. Não haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital.

20. DO TERMO DE CONTRATO

20.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

21. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

21.1. Será conforme disposto no Anexo I

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos [arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021](#), e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

23.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante

serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.

23.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

24.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

24.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

24.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

24.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.

24.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

24.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.

24.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

24.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório

24.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

24.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

24.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

24.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de

Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.

24.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.

24.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail selic.protocolo@gmail.com e/ou selic.protocolo@ac.gov.br.

24.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Rio Branco- AC, 23 de Setembro de 2024

Elaborado por:

William S. L. Marin

Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais - DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **WILLIAM SMITH LIMA MARIN, Cargo Comissionado**, em 23/09/2024, às 10:49, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0012525355** e o código CRC **24D92EE2**.

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 27/2024/SEFAZ

Processo nº 0715.004345.00091/2024-17

SEGURO AUTOMOTIVO

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e com o Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023, o Termo de Referência é o documento necessário para a contratação de bens e serviços comuns, destinado a identificar as especificações do objeto e as condições da contratação e execução, devendo conter os elementos mínimos previstos na legislação.

1.2. O Termo de Referência deve ser elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, após o posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

1.3. O Termo de Referência deverá ser elaborado, obrigatoriamente, nas contratações de bens e serviços comuns, inclusive serviços comuns de engenharia, independente da forma de seleção do fornecedor, seja por licitação ou por contratação direta.

2. OBJETO

2.1. Contratação de seguro total para o veículo, IVECO DAILY 45-160 CS EE 3520; ano de fabricação/modelo 2023/2024; chassi 95ZC644BZR8205023; veículo tipo caminhão equipado com baú; zero quilômetro; ar condicionado; e cor branca, pertencente a frota de veículos oficiais da Secretaria de Estado da Fazenda, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. O seguro automotivo é um contrato mediante o qual uma pessoa denominada Segurador se obriga, mediante o recebimento de um prêmio, a indenizar outra pessoa, denominada Segurado, do prejuízo resultante de riscos futuros, previstos no contrato, podendo ser com inclusão ou não, de forma conjugada, da cobertura de responsabilidade civil facultativa de veículos e/ou acidentes pessoais de passageiros, conforme Circular SUSEP nº 639, de 09 de agosto de 2021.

3.2. O seguro total deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada, localizada em Rio Branco-AC e indicada pela Administração contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme abaixo:

3.2.1. Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto.

3.2.2. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento.

3.2.3. Raio e suas consequências.

3.2.4. Incêndio e explosão.

3.2.5. Queda em precipícios e pontes e queda de agentes externos sobre o veículo.

3.2.6. Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado.

3.2.7. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.

3.2.8. Granizo.

3.2.9. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;

- 3.2.10. Garantia a veículos terceiros (RCF) /Danos materiais e corporais de terceiros.
- 3.2.11. Garantia de Danos Materiais ao Veículo (DMV).
- 3.2.12. Atos danosos praticados por terceiros, exceto aqueles não indenizáveis regulamentados pela SUSEP.
- 3.2.13. Indenizar integralmente a Administração contratante em caso de danos, roubo, furto qualificado ou incêndio observando os valores atualizados apurados na Tabela FIPE – mínimo 100% (cem) por cento para o veículo segurado.

4. QUANTITATIVO E DESCRIÇÃO DO VEÍCULO

- 4.1. A descrição da marca, modelo, ano de fabricação, quantidade e outros dados referentes ao veículo estão discriminados na tabela a seguir:

SEGURO AUTOMOTIVO			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO	UND	QTD
1	IVECO DAILY 45-160 CS EE 3520; ano de fabricação/modelo 2023/2024; chassi 95ZC644BZR8205023; veículo tipo caminhão equipado com baú; zero quilômetro; ar condicionado; e cor branca.	UN	1

- 4.2. Na descrição do veículo não consta o número de placa e/ou número de patrimônio, tendo em vista que o veículo é novo, adquirido pela SEFAZ/AC através do processo nº 0715.012432.00216/2023-31, nota de empenho nº 7150010730/2024 e NF-e nº 000.000.289, cujo processo de emplacamento será realizado posteriormente junto ao DETRAN/AC.

5. NATUREZA DO OBJETO

- 5.1. Os serviços de seguro de veículos são considerados, conforme artigo 6º, inciso XV da Lei 14.133/2021 como serviços contínuos, por se tratar de serviços contratados para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidade permanentes ou prolongadas.
- 5.2. O serviço possui natureza continuada, cuja vigência contratual será de 12 meses, contados a partir da assinatura do contrato, devendo ser observado o prazo previsto no art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021 para sua prorrogação, com a ressalva de que o prazo de 120 (cento e vinte) meses previsto no referido artigo poderá ser ultrapassado, por se tratar de contrato de direito privado firmado com a Administração (Acórdão TCU nº 600/2015 – Plenário).
- 5.3. A autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual.

6. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. A contratação do seguro automotivo para o veículo referido no item anterior é de crucial importância para a segurança dos servidores e colaboradores que o utilizam, assim como para a preservação patrimonial do bem pertencente à SEFAZ/AC. O veículo será utilizado regularmente pela instituição na movimentação e transporte de materiais e equipamentos, inclusive em viagens para o interior do Estado. Dessa maneira, é imprescindível que o veículo adquirido esteja coberto por seguro que possa garantir serviços de assistência automotiva 24h por dia, como reboque, mecânico, traslado de passageiros, entre outros, além de possibilitar ressarcimento à instituição, ou à terceiros envolvidos, em situações de sinistro que podem ocorrer como colisão, incêndio, roubo/furto dos veículos.
- 6.2. Ressalta-se ainda que, esta contratação tem por finalidade salvaguardar o patrimônio público estadual contra eventuais sinistros envolvendo o veículo a ser utilizados nas múltiplas atividades da administração pública. Além disso, visa resguardar o erário de possíveis reclamações por danos pessoais ou materiais causados a terceiros. Também busca proporcionar maior segurança aos condutores e servidores que utilizarão o veículo no pleno exercício de suas atribuições, considerando que este frequentemente tráfegará por rodovias e vias de tráfego intenso, estando assim sujeito a eventualidades.
- 6.3. As coberturas de seguro têm o objetivo de garantir ao segurado, até o limite máximo estabelecido, o pagamento das indenizações que ele seja obrigado a fazer por danos acidentais a pessoas ou bens. Isso inclui

danos causados ao próprio veículo segurado, a passageiros transportados, a terceiros não transportados, e outras situações decorrentes de riscos cobertos relacionados ao veículo segurado.

6.4. O seguro automotivo referenciado neste Estudo se enquadra na modalidade de bens e serviços comuns para fins do disposto no art. 3º, II, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 – Pregão Eletrônico, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no edital e, anexos, por meio de especificações usuais de mercado, conforme art. 6º, XLI da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade da modalidade pregão para aquisição de bens e serviços comuns. A prestação desses serviços não gerará vínculo empregatício entre os profissionais da Empresa contratada e da Administração contratante, entre os quais será vedada qualquer relação de pessoalidade e subordinação direta, nos moldes dos referidos instrumentos legais.

6.5. O serviço possui natureza continuada, cuja vigência contratual será de 12 meses, devendo ser observado o prazo previsto no art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021 para sua prorrogação, com a ressalva de que o prazo de 120 (cento e vinte) meses previsto nos referidos artigos poderá ser ultrapassado, por se tratar de contrato de direito privado firmado com a Administração (Acórdão TCU nº 600/2015 – Plenário). A prorrogação dar-se-á mediante a autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 6.5.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 6.5.2. Haja interesse da Administração contratante na prorrogação e seja comprovado que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- 6.5.3. Haja manifestação expressa da Empresa contratada informando o interesse na prorrogação;
- 6.5.4. Seja comprovado que a Empresa contratada mantém as condições iniciais de habilitação

6.6. Pela própria natureza da necessidade da contratação, percebe-se, que está presente relevante interesse público.

7. PARCELAMENTO DOS ITENS QUE COMPOEM O OBJETO

7.1. O julgamento deverá ser realizado e julgado por preço global, uma vez que a apólice de seguro tem o objetivo de cobrir apenas um veículo, que possui informações e características próprias (identificação de chassi, placa, etc), e que, por sua vez, influenciam no valor final da apólice.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. O seguro a ser contratado proporcionará diversos serviços básicos e adicionais, tais como assistência 24 horas, Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V), acidentes pessoais de passageiros ou ocupantes e aplicação de bônus de seguro, visando sempre zelar pelo patrimônio público, conforme preconizado pelo princípio constitucional da eficiência.

8.2. Acionamento de sinistro

- 8.2.1. A Administração contratante acionará a Seguradora contratada tão logo ocorra o sinistro do veículo segurado.
- 8.2.2. A Empresa contratada deverá colocar à disposição da Administração contratante, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.
- 8.2.3. A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.
- 8.2.4. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a Empresa contratada terá, no máximo, 05 (cinco) dias úteis a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.
- 8.2.5. Havendo a necessidade de reboque, a Empresa contratada deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o acionamento de sinistro.
- 8.2.6. A Seguradora deverá indenizar os prejuízos resultantes de riscos cobertos pelas garantias ajustadas para as pessoas e veículos, em no máximo 30 (trinta) dias úteis, contados da data do recebimento da comunicação oficial feita pela Administração contratante.

8.3. Apólice

8.3.1. A emissão deverá resultar em uma única apólice, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para a Administração contratante.

8.3.2. Deverá constar na apólice:

- a) Identificação e descrição do veículo com suas devidas especificações.
- b) Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação.
- c) Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100%.
- d) Prêmio discriminado por cobertura.
- e) Bônus, quando houver.
- f) Franquia aplicável.

8.3.3. A apólice deverá ser disponibilizada para a Administração contratante, em parcela única, em meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento pela Empresa contratada da nota de empenho.

8.3.4. Após a disponibilização da referida apólice, a Administração contratante terá o prazo de 05 (cinco) dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.

8.3.5. Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a Empresa contratada disporá de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do pedido expresso pela Administração contratante.

8.3.6. O fato de a Seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.

8.3.7. A apólice terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua emissão.

8.4. **Assistência**

8.4.1. A Empresa contratada deverá prestar serviços de assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, para veículos, passageiros e motoristas, incluindo guincho e reboque ilimitado em caso de panes ou acidentes, e cobertura de vidros.

8.4.2. A assistência estender-se-á por todo o Estado do Acre, sem aplicações de franquias quilométricas ou taxas extras para os serviços de cobertura, guincho ou reboque.

8.4.3. A Empresa contratada deverá possuir uma representação (corretor de seguros) 24 (vinte e quatro) horas por dia disponível para, em casos de sinistros ou eventuais serviços, prestar apoio/atendimento exclusivo à SEFAZ/AC, inclusive as agências e postos fiscais, durante todo o período de vigência contratual.

8.4.4. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

8.4.5. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

8.5. **Avaria**

8.5.1. Caso haja alguma avaria, preexistente e qualificada, na vistoria de contratação do seguro, não será impeditivo para contratação sendo, porém, excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de perda parcial.

8.5.2. Após procedimento de recuperação, pela SEFAZ/AC durante a vigência do seguro, esta deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da “Cláusula de Avaria”.

8.5.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

8.5.4. Caso a Seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

8.6. **Bônus**

8.6.1. Não existe bonificação anterior para o veículo que necessita ser segurado.

8.7. **Cobertura mínima**

8.7.1. O seguro total deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada e indicada pela Administração contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo território nacional, conforme abaixo:

- a) Acidentes pessoais por passageiros.
- b) Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado.
- c) Acidente envolvendo o veículo segurado com outros veículos, dentro de suas dependências.
- d) Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.
- e) Atos involuntários praticados por terceiros.
- f) Cobertura de vidros, retrovisores, lentes e faróis.
- g) Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:
 - § Chaveiro;
 - § Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela administração contratante;
- h) Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento, envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado.
- i) Danos causados a terceiros, Responsabilidade Civil Facultativa RCF.
- j) Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.
- k) Danos causados a pintura por acidente ou por atos de terceiros.
- l) Danos causados aos pneus, em caso de acidentes.
 - § Os pneus somente terão cobertura em caso de acidente aonde o valor dos reparos atinja o valor da franquia.
- m) Granizo.
- n) Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.
- o) Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas e retrovisores.
- p) Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo.
- q) Raios e suas consequências.
- r) Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto, incluindo os vidros.
- s) Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.
 - § Em casos de que trata o item acima, a Seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia, sua utilização não implica em perda de bônus para o segurado.
- t) Transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo, bem como imobilização do veículo segurado.

8.7.2. O seguro deve oferecer:

- a) Assistência 24 (vinte e quatro) horas ao segurado, em caso de acidente ou pane mecânica e/ou elétrica, dentro e fora do Estado do Acre.

- b) Cobertura de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos – RCF-V (Danos Materiais, Danos Corporais e Danos Morais).
- c) Cobertura de Seguro de Acidentes Pessoais de Passageiros – APP (Morte, Invalidez permanente e Despesas Médicas).
- d) Cobertura de danos da carroceria.
- e) Cobertura de danos nos acessórios, para-brisa, vidro traseiro (vigia), farol, lanterna e retrovisor.

8.8. **Endosso**

8.8.1. Quaisquer alterações na apólice tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, poderão ser solicitadas pela SEFAZ/AC e processada pela Seguradora, mediante endosso, inclusive no caso de doação ou compra de novos veículos por parte da Administração contratante.

8.8.2. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placa do veículo emitido erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, que se apresentarem durante o período da vigência da apólice.

8.8.3. As alterações serão informadas à Empresa contratada para que esta inicie procedimentos de endosso e/ou atualização da apólice, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da confirmação de recebimento da informação.

8.9. **Exclusão**

8.9.1. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a Empresa contratada deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração contratante, mediante a fórmula:

$X \div 12 = Y$ e $Y \times Z = VT$ onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT= Valor total a ser devolvido à Administração Contratante.

8.9.2. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela Divisão de Transportes da SEFAZ/AC à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

8.9.3. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

8.9.4. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da Secretaria de Estado da Fazenda, devendo a Empresa contratada enviar recibo, devidamente quitado, à Divisão de Transportes da SEFAZ/AC.

8.10. **Fatores e condições de diminuição de riscos**

8.10.1. Na formulação de preços deverão ser levados em conta que o veículo objeto deste Termo de Referência, de regra, pernoita e permanece durante os dias úteis, finais de semana e feriados em garagem privativa coberta e guardada por vigilância ostensiva durante 24 horas ininterruptas e conta também com o sistema de câmeras que registram e gravam 24 horas por dia ininterruptas.

8.10.2. O veículo é conduzido por servidor ou motorista contratado, de acordo com devida categoria.

8.10.3. Características individuais dos motoristas, como tempo de habilitação, idade ou sexo, não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratado.

8.10.4. Não há previsão de quantidade da quilometragem a ser percorrida pelo veículo da frota da SEFAZ/AC no período da vigência do seguro.

8.10.5. Diante das informações fornecidas nos itens acima e, devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das

obrigações pertinentes a esse objeto.

8.10.6. Durante a vigência do contrato, podem ser inseridos ou retirados veículos da apólice, obedecendo às normas de inclusão por endosso.

8.11. **Franquia reduzida**

8.11.1. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função do preço proposto (prêmio).

8.11.2. O valor referente à franquia do veículo deverá considerar a modalidade “Franquia Reduzida”.

8.11.3. O valor da franquia deverá constar obrigatoriamente na proposta e na apólice, não devendo exceder o limite máximo de 4,5% do valor de mercado do veículo, considerando 100% do valor da tabela FIPE.

a) O valor da franquia considerado especificamente para a ocorrência de sinistro com a carroceria não será cumulativo com a franquia de que trata o subitem 8.11.3.

8.11.4. 8.11.4. Considera-se franquia para vidros o somatório de valores referentes a serviços de substituição de: para-brisas, faróis, lanternas e retrovisores.

a) A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver, a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

b) O valor da franquia considerado especificamente para a ocorrência de sinistro com substituições unicamente de itens com para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não serão cumulativos com a franquia de que trata o subitem 8.11.3.

8.11.5. A franquia será paga diretamente à empresa prestadora do serviço de reparo. Para tanto, a empresa a ser contratada deverá encaminhar, juntamente com a apólice e o manual, relação atualizada das empresas credenciadas ou outro documento que comprove a parceria comercial existente entre as duas empresas, observando o prazo e as condições indicadas neste Termo de Referência.

8.11.6. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral do veículo ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

8.12. **Garantias básicas do seguro**

8.12.1. Valor de mercado referenciado

a) Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site www.fipe.org.br. E, em caso de extinção ou interrupção da publicação da mesma, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site www.molicar.com.br, com o mesmo percentual. Fica vedada a utilização de qualquer outra tabela.

b) Em se tratando de sinistro envolvendo veículo zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 dias a contar data de seu recebimento pela SEFAZ/AC, independente da quilometragem rodada no período. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

8.12.2. Responsabilidade Civil Facultativa:

a) Valor para indenização de danos materiais: R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais).

b) Valor para indenização de danos corporais: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

c) Valor para indenização de danos morais: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

8.12.3. Acidente Pessoais por Passageiro (APP):

a) Valor para indenização por morte: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por pessoa.

- b) Valor para indenização por invalidez: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por pessoa.
- c) Despesas médico-hospitalares (DMHO): R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por pessoa.

8.12.4. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os serviços mínimos:

- a) Chaveiro, Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela Administração contratante (km livre), com prazo máximo de 3 horas para atendimento;
- b) Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado;
- c) Transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

8.12.5. Cobertura de danos da carroceria:

- a) Valor para indenização: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

8.12.6. Indenização Parcial: O seguro deverá abarcar no mínimo as seguintes características:

- a) Danos parciais causados ao veículo segurado por acidentes de trânsito tais como (colisão, capotagem /queda accidental), ou outros que vierem a ocorrer.
- b) Acidentes durante o transporte do veículo segurado por meio apropriado.
- c) Atos danosos causados por terceiros.
- d) Inundação, alagamento, ressacas, ventos fortes, granizo e queda accidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo.
- e) Descargas atmosféricas (raios) e suas consequências.
- f) Queda de agentes externos sobre o veículo.
- g) Queda em precipícios ou pontes.
- h) Danos causados a pintura por acidente ou por terceiros.
- i) Acidente envolvendo o veículo segurado com veículos de servidores da Administração contratante, dentro de suas dependências (sendo a cobertura somente do veículo da frota da SEFAZ).
- j) Danos causados aos pneus, em caso de acidente.
- k) A Administração contratante participará por evento, nos prejuízos indenizáveis, com o valor da Franquia especificado na apólice.

8.12.7. Indenização Total: O Seguro deverá abarcar com garantia total (integral), no mínimo as seguintes características básicas:

- a) Danos totais causados ao veículo segurado por acidentes de trânsito tais como: (colisão, capotagem/queda accidental), ou outros que vierem a ocorrer.
- b) Acidentes durante o transporte do veículo segurado por meio apropriado.
- c) Atos danosos causados por terceiros.
- d) Inundação, alagamento, ressacas, ventos fortes, granizo e queda accidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo.
- e) Descargas atmosféricas (raios) e suas consequências.
- f) Queda de agentes externos sobre o veículo.
- g) Queda em precipícios ou pontes.
- h) Danos causados a pintura por acidente ou por terceiros.
- i) Acidente envolvendo o veículo segurado com veículos de servidores da contratante, dentro de suas dependências (sendo a cobertura somente do veículo da frota da SEFAZ).
- j) Danos causados aos pneus, em caso de acidente.
- k) A Administração contratante participará, por evento, nos prejuízos indenizáveis com o valor da Franquia especificado na apólice.

l) Indenização parcial por roubo, furto e/ou incêndio do veículo segurado: o seguro deverá acobertar com indenização parcial no mínimo as seguintes características básicas:

- § Danos causados por tentativa de roubo ou furto do veículo;
- § Danos causados por incêndio ou explosão accidental ou intencional que danifiquem parcialmente o veículo;
- § Danos causados ao veículo segurado após a ocorrência de roubo ou furto consumado, se o mesmo vier a ser recuperado antes do pagamento da indenização;

m) A Administração contratante participará por evento, nos prejuízos indenizáveis, com o valor da Franquia especificado na apólice, exceto nos casos de incêndio, queda de raio e/ou explosão do veículo segurado.

8.12.8. Indenização Total por Roubos, furtos e/ou incêndio do veículo: O Seguro deverá acobertar com indenização parcial, no mínimo as seguintes características básicas:

- a) Roubo ou furto do veículo segurado.
- b) Incêndio ou explosão accidental do veículo segurado.
- c) Em caso de furto localizado, o valor das despesas com socorro e salvamento.
- d) Deverá ser somado ao valor dos demais prejuízos indenizáveis para fins de dedução da franquia.

8.13. **Inclusão e substituição**

8.13.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a Empresa contratada deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

8.13.2. Em caso de veículo a ser substituído, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

8.13.3. A devolução deverá ser realizada mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da Secretaria de Estado da Fazenda, devendo a Empresa contratada enviar recibo, devidamente quitado, à Divisão de Transportes da SEFAZ/AC.

8.13.4. Caberá à Divisão de Transportes da SEFAZ/AC, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a Empresa contratada obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

8.14. **Indenização**

8.14.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da Seguradora.

8.14.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela Seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da Seguradora.

8.14.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela SEFAZ/AC e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

8.15. **Indenização integral**

8.15.1. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% do valor referenciado.

8.15.2. Em caso de indenização integral a Seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

8.15.3. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.

8.16. **Local de estacionamento do veículo:**

8.16.1. Quando não está em operação, o veículo fica estacionado em local fechado com segurança, situado nas instalações da SEFAZ/AC, na Rua 16 de outubro nº 693, Bairro Quinze, em Rio Branco/AC.

8.17. **Manuais**

8.17.1. A Seguradora deverá fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro automotivo para cada veículo.

8.18. **Prazo de Cobertura:**

8.18.1. O prazo de vigência do seguro é de 12 (doze) meses a partir da emissão da apólice.

8.19. **Região de cobertura:**

8.19.1. O veículo trafega na cidade de Rio Branco - BA, por estradas e municípios afastados, dentro do estado do Acre, e ocasionalmente em estados vizinhos.

8.20. **Regulação de sinistro**

8.20.1. Ocorrendo sinistro, a Seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

8.20.2. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da Seguradora, a Administração contratante poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a Seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.

8.20.3. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da Administração contratante.

8.20.4. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

8.20.5. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da Administração contratante. Não cabendo, pela Empresa contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

8.20.6. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

8.20.7. Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente 2% do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

8.21. **Salvados**

8.21.1. Uma vez paga a indenização integral, o salvoado passa a ser de inteira responsabilidade da Seguradora.

8.21.2. É de inteira responsabilidade da Seguradora, providenciar a transferência do referido salvoado e o devido encerramento de registro em nome da Administração contratante junto aos órgãos pertinentes.

8.22. **Vistoria prévia**

8.22.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante poderá efetuar vistoria prévia no veículo a ser segurado. O veículo estará disponibilizado no pátio da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ/AC, localizada na Rua 16 de outubro, 693 – Bairro Quinze, Rio Branco–AC. A vistoria deverá ser agendada previamente com a Divisão de Transporte através do telefone (68) xxxx-xxxx devendo ser observado, ainda:

a) [a] Ser realizada por profissional especialmente credenciado como representante da empresa participante.

b) [b] Para a vistoria a licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela

empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

- c) [c] Não se admitirá um mesmo profissional como representante de mais de uma participante.
- d) [d] Em nenhuma hipótese a participante/adjudicatária poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvida ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, arcando com quaisquer ônus decorrentes desses fatos.
- e) [e] O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- f) [a] Não realizada a vistoria ou não obedecidos os prazos previstos para a sua marcação ou realização, considerar-se-á que todos os concorrentes aceitaram as condições em que se encontra o veículo.
- g) [b] O fato de a licitante deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinentes a esse objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios.
- h) [c] Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria prévia, os participantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e graus de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão. Assim, a vistoria poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do participante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- i) [d] A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. Para atendimento da demanda se faz necessário contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro automotivo, devidamente regular junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.

9.2. Somente poderão participar desta licitação sociedades seguradoras constituídas na forma societária de sociedades anônimas, devidamente autorizadas pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) e que atendam às condições previstas neste termo de referência.

9.3. Em atenção ao ACÓRDÃO Nº 600/2015 – TCU – Plenário não será permitida a participação de empresa corretora de seguros neste processo de licitação.

ACÓRDÃO Nº 600/2015 – TCU – Plenário – VEDAÇÃO à participação de empresas de corretagem na execução dos serviços. (...) 9.2.5. a atuação de empresa corretora de seguros na intermediação da execução de contrato de seguros, ainda que sem vínculo formal direto com a Administração Pública, constitui afronta aos arts. 16, § 3º, do Decreto nº 60.459/67, aos princípios da licitação constantes da Lei nº 8.666/93 e do art. 37, XXI, da Constituição Federal, bem como contraria jurisprudência deste Tribunal sobre a matéria (Decisões nº 938/2002-TCU-Plenário e nº 400/1995-TCU-Plenário).

9.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

9.5. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois a SEFAZ/AC possui um histórico de contratações anteriores desse mesmo serviço e até o momento não houve registro de problemas. Outrossim, o contrato ora em vigor, não prevê a garantia de execução contratual e nem por isso tem deixado de atender de maneira eficiente, eficaz e efetiva às necessidades da Administração. Importa relatar, que os riscos inerentes à contratação e as respectivas tratativas foram apontados no Mapa de Riscos (evento SEI xxxx). Considerando, portanto, o exposto neste documento, não será necessário exigir da beneficiária, nesta contratação, a garantia contratual que a Administração contratante comumente aplica no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. Condições de execução

10.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a) A apólice deverá ser disponibilizada para a Administração contratante, em meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento pela Empresa contratada da nota de empenho.
- b) Caso a referida apólice seja emitida antes da assinatura do Contrato, a Empresa contratada será obrigada estender sua validade até a data final da vigência estabelecida em Contrato.
- c) A Seguradora deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro.

10.1.2. Assistências 24 horas com reboque ou transporte do veículo segurado, em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, no local onde o veículo se encontrar.

10.1.3. A Seguradora vencedora da licitação deverá indicar, na forma do disposto no art. 118 da Lei 14.133, de 2021, um preposto para representa-la na execução do contrato e para atuar como interface entre ela e o Fiscal ou representante da SEFAZ/AC.

10.1.4. Possuir Central de Atendimento com funcionamento de 24h para atendimento imediato em casos de sinistro, possibilitando atendimento ao usuário e todas as providências necessárias à prestação dos serviços ora contratado, informando os números de telefone para contato.

10.1.5. Pagar indenização no valor de 100% da Tabela FIPE vigentes na data do sinistro, a critério da SEFAZ/AC, até 30 (trinta) dias da entrega de toda a documentação básica exigida.

10.1.6. A apólice a ser contratada pela SEFAZ deverá contemplar no mínimo coberturas contra sinistros, colisão, furtos, indenização inerente a danos materiais e morais, tanto próprio quanto de terceiro prejudicado, e ainda, cobertura para reparo de retrovisores, faróis, lanternas e vidros. Nesse sentido, a Empresa contratada deverá seguir as regras e os critérios conforme a Circular SUSEP N° 639, de agosto de 2021 e a Circular SUSEP N° 621, de fevereiro de 2021. Além disso, a contratação visa garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de todos os bens, materiais e serviços. A contratação visa ressarcir, em curto prazo, os altos custos de reparo de veículos envolvidos em acidentes, roubos, furtos, colisões e outros, assim como o valor de mercado destes veículos nos casos de sinistro que implique perda total.

10.1.7. A apólice, juntamente com o manual e a relação das oficinas credenciadas, deverá ser encaminhada por e-mail no endereço eletrônico dafsefazac@gmail.com, podendo também ser entregue na Divisão de Transportes, situada na Rua 24 de janeiro, Bairro 6 de agosto, CEP: 69900-600, Rio Branco – AC, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato. Poderá ser indicado outro local em caso de mudança ou reestruturação a SEFAZ/AC.

10.1.8. A companhia de seguros deverá realizar vistoria prévia dos veículos para entrega das apólices. Mesmo que tal obrigação não aconteça no prazo estipulado, isso não compromete a validade da cobertura deste serviço em caso de sinistro.

10.1.9. A entrega das apólices será acompanhada da respectiva fatura e no recebimento será observado pela SEFAZ/AC se as mesmas estão de acordo com as especificações.

10.1.10. A execução dos serviços iniciará, conforme estabelecido neste termo de referência, a partir da emissão das apólices, e terá um prazo de 12 meses.

10.1.11. A Seguradora deverá disponibilizar contatos de telefone para serviços de assistência ao veículo 24 horas.

10.1.12. Para a perfeita execução dos serviços, as oficinas parceiras da Seguradora deverão, em caso de acionamento do seguro por sinistro, disponibilizar os materiais, equipamentos, com substituição por peças originais de fábrica, e ferramentas nas qualidades necessárias ao perfeito reparo/conserto do veículo.

10.1.13. Os serviços deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa com a devida aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.1.14. Caso ocorra sinistro em municípios do interior do Estado, deverá a Seguradora providenciar

o reboque para o traslado do veículo até Rio Branco/AC, ou a outro município indicado pela Administração contratante, onde serão prestados os serviços que se façam necessários.

10.1.15. Estando o veículo dentro do prazo da garantia de fábrica, deverão as peças e os serviços serem realizados na oficina da concessionária da marca do veículo, ou de oficinas por este expressamente autorizadas, de modo a manter a garantia de fábrica.

10.1.16. Havendo sinistro que obrigue a realização de serviços, estes deverão ser executados, obrigatoriamente em concessionária autorizada ou empresa credenciada indicada pela Seguradora, desde que tenha a aprovação e autorização da Administração contratante, observando que a reposição de peças será procedida utilizando peças originais.

10.1.17. No caso de reboque, realizá-lo assumindo a responsabilidade do veículo durante o embarque, o transporte e o desembarque até a sede da SEFAZ/AC ou à concessionária/oficina indicada pela Administração contratante.

10.2. **Ordem de Execução**

10.2.1. A Empresa contratada só será acionada em caso de acidente através de telefone ou e-mail informado no manual do segurado. O acionamento da Seguradora seguirá o descrito no subitem 8.2.

10.3. **Prazo ou cronograma de execução**

10.3.1. A execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor devidamente autorizado.

10.3.2. As ocorrências e as deficiências serão registradas e encaminhadas à Empresa contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

10.3.3. A fiscalização por parte da Administração contratante não exime a Empresa contratada de eventuais falhas na execução contratual.

10.3.4. Indicar o prazo para executar os serviços ou entregar os produtos em dias, meses ou ano, ou cronograma, se for o caso.

Cronograma de Execução Contratual			
Etapas	Descrição	Prazo	Unidades Envolvidas
1	Vistoria	Agendado pela DITRAN	DITRAN
2	Assinatura do contrato	Até 05 (cinco) dias a contar da homologação do processo licitatório	DIGECON
3	Início da cobertura	00:00h da assinatura do contrato	DITRAN
4	Entrega da apólice, manual e relação das oficinas credenciadas (recebimento provisório)	15 dias corridos contados a partir da assinatura do contrato	DITRAN
5	Apresentação do documento fiscal para o pagamento	15 dias a partir da assinatura do contrato	DAF
6	Recebimento definitivo do objeto	5 dias úteis após o recebimento provisório	DITRAN
7	Pagamento	Prazo de até 10 dias contados da liquidação da despesa	DIOF
8	Acompanhamento e Gestão do Contrato	Até o fim do contrato	DITRAN

11. **OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA**

11.1. Acatar as orientações do Gestor/Fiscal do Contrato ou de seu substituto legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas.

11.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

11.3. Apresentar preços de acordo com os valores vigentes no mercado, praticados pelas companhias de

seguro, na data de apresentação das propostas e/ou renovação da apólice, devendo estar incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes à prestação dos serviços, assim como a discriminação da franquia e do prêmio total ao veículo.

11.4. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Administração contratante.

11.5. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.6. Assumir integral responsabilidade pela execução e eficiência dos serviços que efetuar.

11.7. Atender os prazos e condições previstas nos serviços de acionamento de sinistro dispostos neste Termo de Referência.

11.8. Atender todas as exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seu (s) anexo (s).

11.9. Designar um preposto perante a Administração contratante para prestar, de forma ininterrupta, todos os esclarecimentos necessários e atender as reclamações e solicitações que por ventura surgirem durante a execução do contrato. Esse atendimento deverá ser feito de maneira contínua, inclusive nos finais de semana, a fim de garantir a perfeita execução do serviço.

11.10. Emitir apólice de seguro de acordo com as coberturas contratadas, e contendo todos os dados dos veículos (marca/modelo, ano/modelo, placa, chasis).

11.11. Executar os serviços no prazo determinado.

11.12. Fornecer declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF/88.

11.13. Garantir o seguro do veículo relacionado no subitem 2.2, durante a vigência da apólice, prestando os seguintes serviços:

11.13.1. Assistência durante 24 (vinte e quatro) horas para atendimento ao veículo segurado e a seus ocupantes, válida para todo o Brasil, em caso de pane, acidente, roubo/furto do veículo.

11.13.2. Socorro mecânico emergencial no local do acidente.

11.13.3. Reboque do veículo, por meio de serviço de guincho, sem ônus para o segurado.

11.13.4. Transporte dos ocupantes do veículo segurado até a residência (sede) do segurado.

11.13.5. Troca de pneus.

11.13.6. Assistência em caso de falta de combustível (Reboque ou envio de combustível).

11.13.7. Remoção para hospital ou domicílio do segurado por lesão.

11.13.8. Serviço de despachante.

11.13.9. Cobertura por perda parcial do veículo segurado por lesão.

11.13.10. Cobertura por danos materiais e pessoais a terceiros.

11.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

11.15. Indenizar integralmente a Administração contratante em caso de danos, roubo, furto qualificado ou incêndio observando os valores atualizados apurados na Tabela FIPE – mínimo 100% (cento e dez) por cento para o veículo segurado.

11.16. Manter, durante a vigência do Contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal nos termos do art. 92, Inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 2021, que será observado, quando dos pagamentos relativos à futura contratação.

11.17. Observar, independentemente de ser ou não a atual contratada, o bônus existente na atual apólice, caso existente, considerando em suas propostas de preços o bônus a conceder para próximo período da vigência da apólice.

11.18. Orientar seus empregados quanto ao sigilo profissional que deverá ser mantido em relação às informações que venham a ter acesso.

- 11.19. Prover um serviço de atendimento com chamada gratuita, para comunicação com a Administração contratante em caso de acidente/sinistro.
- 11.20. Relatar à Administração contratante qualquer irregularidade observada em virtude da prestação dos serviços e prestar os esclarecimentos que forem solicitados, atendendo prontamente, às reclamações e solicitações.
- 11.21. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços contratados.
- 11.22. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração contratante, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Administração contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Empresa contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

12. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE

- 12.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Empresa contratada.
- 12.2. Aguardar autorização da Seguradora, antes de proceder à reparação dos danos.
- 12.3. Aplicar à Empresa contratada as sanções previstas na lei e neste instrumento.
- 12.4. Atestar a execução da prestação dos serviços e receber os documentos fiscais correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida no Contrato.
- 12.5. Cientificar a Consultoria Jurídica do órgão para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Empresa contratada.
- 12.6. Comunicar a Empresa contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços.
- 12.7. Comunicar a empresa para emissão de documento fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.8. Comunicar à Seguradora a ocorrência de sinistro nos casos em que julgar conveniente.
- 12.9. Deduzir e recolher os tributos devidos na fonte sobre os pagamentos efetuados à Empresa contratada.
- 12.10. Designar servidor(es) para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
- 12.11. Efetuar o pagamento do valor constante no documento fiscal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados do recebimento do respectivo documento devidamente atestado.
- 12.12. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor do documento fiscal fornecido pela Empresa contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 05/2017.
- 12.13. Efetuar o pagamento, de acordo com as condições definidas neste Termo de Referência.
- 12.14. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei n. 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
- 12.15. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Empresa contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 12.16. Não direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na Empresa contratada.
- 12.17. Notificar a Empresa contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 12.18. Notificar a Empresa contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 12.19. Pagar à Empresa contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 12.20. Prestar à Empresa contratada todas as informações solicitadas e necessárias para a execução dos serviços.

- 12.21. Proporcionar todas as facilidades para que a Empresa contratada possa desempenhar seus serviços, dentro das normas deste Termo de Referência e seus anexos.
- 12.22. Proteger o veículo sinistrado, de modo a evitar o agravamento dos danos.
- 12.23. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 12.24. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 12.25. Rejeitar, no todo ou em parte, a apólice em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência.

13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e, cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. As comunicações entre a Administração contratante e a Empresa contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.3. A Administração contratante poderá convocar representante da Empresa contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.4. Preposto

13.4.1. A Empresa contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

13.4.2. A Administração contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da Empresa contratada, hipótese em que a Empresa contratada designará outro para o exercício da atividade.

13.4.3. A Administração contratante poderá convocar o preposto da Empresa contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5. Fiscalização

13.5.1. A fiscalização será exercida no interesse da Administração contratante e não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da Empresa contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implicará corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e/ou prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

13.5.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o(s) fiscal(is) do contrato emitirá(ão) notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

13.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o(s) fiscal(is) do contrato comunicará(ão) o fato imediatamente ao gestor do contrato.

13.5.5. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato ou pelos respectivos substitutos, representantes da Administração contratante especialmente designados conforme os requisitos estabelecidos nos artigos 17, 18, 19 e 20, todos do Decreto Estadual nº 11.363 de 22 de novembro de 2023.

13.5.6. O(s) fiscal(is) do contrato acompanhará(ão) a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração contratante.

13.5.7. O(s) fiscal(is) do contrato anotar(ão) no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das falhas observadas.

13.5.8. O(s) fiscal(is) do contrato informará(ão) ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua(s) competência(s), para que adote as medidas

necessárias e saneadoras, se for o caso.

13.5.9. O(s) fiscal(is) do contrato deverá(ao) ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.5.10. O(s) fiscal(is) do contrato verificará(ão) a manutenção das condições de habilitação da Empresa contratada, acompanhará(ão) o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

13.5.11. O(s) fiscal(is) do contrato será(ão) auxiliado(s) pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração contratante, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

13.6. **Gestão**

13.6.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração contratante.

13.6.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

13.6.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Empresa contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

13.6.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

13.6.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração contratante.

13.6.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Divisão de Orçamento e Finanças para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

13.7. **Prazo de execução e vigência da contratação**

13.7.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, devendo ser observado o prazo previsto no art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021 para sua prorrogação, com a ressalva de que o prazo de 120 (cento e vinte) meses previsto no referido artigo poderá ser ultrapassado, por se tratar de contrato de direito privado firmado com a Administração (Acórdão TCU nº 600/2015 – Plenário).

13.7.2. A vigência da futura apólice, objeto deste Termo de Referência, deverá iniciar-se logo após a assinatura do contrato e findar-se às 23h59min do último dia de vigência, o qual deverá ocorrer após 12 (doze) meses contados da data de emissão, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

13.8. **Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro**

13.8.1. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

a) **Unilateralmente pela Administração:**

- § [a1] Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos.
- § [a2] Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela legislação.

b) Por acordo entre as partes:

- § [b1] Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- § [b2] Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- § [b3] Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- § [b4] Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

13.9. Reajustamento

13.9.1. O valor do seguro deverá ser ajustado anualmente, considerando a taxa de sinistralidade e a tabela IPC da FIPE, o que transforma o mercado securitário volúvel, desta forma, o valor poderá ser ajustado anualmente, no término da vigência. A Empresa contratada deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda.

13.9.2. O reajuste será realizado por termo aditivo.

13.9.3. Os reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.10. Sanções administrativas

13.10.1. A licitante ou a Empresa contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do contrato;
- i) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.10.2. A Administração pode aplicar à licitante ou à Empresa contratada as seguintes sanções:

- a) **Advertência** - quando a licitante ou a Empresa contratada der causa à inexecução

parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021) .

b) **Multa** (art. 156, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021).

- § [b1] Multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Referência, até o limite de 30 (trinta) dias. Após 30 (trinta) dias, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente, por culpa da Empresa contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- § [b2] Multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;
- § [b3] Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou rescisão unilateral por culpa da Empresa contratada;
- § [b3.1] Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual da alínea acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

c) **Impedimento de licitar e contratar** (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10.4. A sanção prevista na alínea “a”, do subitem 13.10.2, será aplicada exclusivamente quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.10.5. A sanção prevista na alínea “b”, do subitem 13.10.2, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no Subitem 13.10.1.

13.10.6. A sanção prevista na alínea “c”, do subitem 13.10.2, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, do Subitem 13.10.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.10.7. A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 13.10.2, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do Subitem 13.10.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do Subitem 13.10.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea “c” do Subitem 13.10.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.10.8. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15

(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração contratante à Empresa contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.10.9. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração contratante.

13.10.10. Os atos previstos como infrações administrativas neste Termo de Referência ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

13.10.11. A Administração contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10.12. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10.13. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Empresa contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.10.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observado o rito procedimental e autoridade competente definido na referida Lei (art. 159).

13.10.15. A personalidade jurídica da Empresa contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência e no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Empresa contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.10.16. A Administração contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.10.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.10.18. Os débitos da Empresa contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão, decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Empresa contratada possua com a Administração contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13.10.19. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, registradas no LICON e publicadas no Diário Oficial do Estado.

14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14.1. Forma de pagamento

14.1.1. O pagamento será efetuado em parcela única logo após a emissão da apólice pela Empresa contratada, e esta deverá ser emitida após assinatura do contrato e imediatamente ao recebimento do empenho, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Empresa contratada:

a) Não produzir os resultados acordados; e/ou

b) Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

14.1.2. O pagamento será creditado em favor da Empresa contratada por meio de ordem bancária contra a entidade bancária indicada em sua proposta devendo para isso, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

14.1.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.1.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal ou documento de cobrança equivalente.

14.1.5. Independentemente do percentual de tributo inserido no documento fiscal serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.1.6. No caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignada no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da Empresa contratada, com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita e/ou enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei.

14.1.7. Caso haja a aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Administração contratante em favor da Empresa contratada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

14.2. Prazo de pagamento

14.2.1. Recebido o documento fiscal ou documento de cobrança equivalente, o pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, após aceite e atesto por servidor designado para esse fim, prorrogáveis por igual período.

14.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, ficará convencionada a taxa de encargos moratórios devidos pela Administração contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga.

TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento).

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)/365 \rightarrow I = (6/100)/365 \rightarrow I = 0,00016438$$

14.2.4. A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em documento fiscal, após a ocorrência.

14.3. **Liquidação**

14.3.1. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se o Documento Fiscal apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.3.2. Havendo erro na apresentação do documento fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Empresa contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Administração contratante.

14.3.3. O documento fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

14.3.4. A Administração contratante deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.3.5. Constatando-se, junto aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade da Empresa contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração contratante.

14.3.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Empresa contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.3.7. Persistindo a irregularidade, a Administração contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Empresa contratada a ampla defesa.

14.3.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Empresa contratada não regularize sua situação fiscal, social e/ou trabalhista.

14.4. **Recebimento**

14.4.1. As apólices de seguro serão recebidas provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste documento e na proposta, e o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

14.4.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Empresa contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

14.4.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço contratado, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

14.4.4. Na hipótese de à verificação a que se refere o subitem anterior não se proceda dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia seguinte do prazo.

14.4.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Empresa contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

14.4.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

15. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

15.1. A apólice do serviço de seguro automotivo a ser contratado deverá contemplar, no mínimo, as seguintes coberturas;

15.1.1. Colisão, incêndio, roubo e furto: Valor segurado de 100% do valor referenciado na Tabela Fipe.

15.1.2. Responsabilidade Civil Facultativa Veicular (RCFV) de R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais) para danos materiais.

15.1.3. Responsabilidade Civil Facultativa Veicular (RCFV) de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para danos corporais.

15.1.4. Responsabilidade Civil Facultativa Veicular (RCFV) de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para danos morais.

15.1.5. Acidentes Pessoais por Passageiro - Morte (APP) de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por pessoa.

15.1.6. Acidentes Pessoais por Passageiro - invalidez (APP) de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por pessoa;

15.1.7. Despesas médico-hospitalares (DMHO): R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por pessoa.

15.1.8. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os serviços mínimos: [a] Chaveiro, Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela Administração contratante (km livre), com prazo máximo de 3 horas para atendimento; [b] Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; [c] Transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

15.1.9. Cobertura de danos da carroceria: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

15.2. A apresentação da proposta implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos.

15.3. A franquia não será considerada para fins de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função do preço proposto (prêmio).

15.4. A licitante deverá cotar o preço, conforme anexo “A” deste Termo de Referência.

15.5. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

15.6. A licitante poderá oferecer outras garantias e vantagens adicionais, desde que não onerem o prêmio estabelecido na proposta apresentada.

15.7. A oferta deverá ser precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Termo de Referência, sem conter alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

15.8. A proposta deverá ser apresentada sem as cláusulas de perfil do segurado, tendo em vista que o veículo será conduzido por um ou mais motoristas. Entretanto, destacamos que todos possuem a devida habilitação exigida para a condução do veículo.

15.9. A proposta deve ser apresentada com validade de no mínimo 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação. Caso não conste o prazo na proposta, esta será considerada válida pelo referido período.

15.10. A proposta deverá conter descrição do serviço observadas as mesmas especificações constantes do Termo de Referência, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do serviço

ofertado, bem como preços unitários e total detalhados em planilha.

15.11. A região de cobertura em que o veículo trafega é a cidade de Rio Branco/AC, por estradas e municípios afastados, dentro do estado do Acre, e ocasionalmente em estados vizinhos.

15.12. Ao formular a proposta de preço, as proponentes deverão atentar para que o valor da proposta seja um número de até duas casas decimais. Com isso, evita-se a ocorrência de preços mensais inexatos ou com mais de duas casas decimais e dificuldade na emissão da nota empenho e dos documentos fiscais.

15.13. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital e/ou na legislação que especifica o assunto.

15.14. Atualmente o veículo não possui seguro.

15.15. Conforme o art. 2º, § 3º do Decreto nº 6.306 de 14 de dezembro 2007, nas transações realizadas por órgãos da Administração direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, não se submetem a incidência do IOF - Imposto Sobre Operações Financeiras.

15.16. Considera-se franquia para vidros o somatório de valores referentes a serviços de substituição de: para-brisas, faróis, lanternas e retrovisores.

15.16.1. A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver, a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

15.16.2. O valor da franquia considerado especificamente para a ocorrência de sinistro com substituições unicamente de itens com para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não serão cumulativos com a franquia de que trata o subitem 7.11.3.

15.17. Constituirão indícios de inexecuibilidade de acordo com o artigo 227, II, do Decreto Estadual nº 11.363/2023 as propostas que apresentarem valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

Art. 227. Constituirão indícios de inexecuibilidade da proposta:

[...]

II - em fornecimentos e serviços em geral, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública.

15.18. Diariamente, ao término do último expediente, o veículo é recolhido ao pátio ou garagem da SEFAZ/AC ou local previamente determinado pela autoridade competente.

15.19. Não há previsão de quantidade de quilometragem a ser percorrida pelos veículos no período de vigência do seguro.

15.20. O condutor do veículo é indeterminado, podendo ser qualquer servidor legalmente habilitado.

15.21. O pernoite de veículos em local diverso ocorre apenas em casos excepcionais, com autorização da autoridade competente.

15.22. O prazo de cobertura / prazo de vigência do seguro é de 12 (doze) meses a partir de da emissão das apólices.

15.23. O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

15.24. O valor da franquia deverá constar obrigatoriamente na proposta e na apólice, não devendo exceder o limite máximo de 4,5% do valor de mercado do veículo, considerando 100% do valor da tabela FIPE.

15.24.1. O valor da franquia considerado especificamente para a ocorrência de sinistro com a carroceria não será cumulativo com a franquia de que trata o subitem 8.11.3.

15.25. O valor apresentado na proposta deverá incluir todas as despesas diretas e indiretas, tributos, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, lucro e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência, nada mais sendo válido pleitear a esse título.

15.26. O veículo objeto deste instrumento possui estacionamento exclusivo, em local fechado com segurança, onde pernoita todos os dias, salvo nos casos de atendimento a demandas externas, localizado na Rua 16 de outubro, 693, Bairro Quinze, Rio Branco/AC.

- 15.27. O veículo é devidamente identificado como veículo oficial.
- 15.28. Quaisquer custos diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título.
- 15.29. Será considerada mais vantajosa para a Administração e, consequentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste Termo de Referência, apresentar o menor preço global para o prêmio.
- 15.30. Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências deste Termo de Referência e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento.
- 15.31. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.
- 15.32. Todas as regras que norteiam a apresentação e preenchimento da proposta, bem como a classificação, formulação de lances e aceitabilidade da proposta vencedora são aquelas previstas no Edital.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

16.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com fundamento no art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133, de 2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço global.

16.1.2. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

16.2. Regime de execução

16.2.1. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

16.3. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

16.3.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com fundamento no art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133, de 2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço global.

16.3.2. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

16.4. Exigências e requisitos de habilitação

16.4.1. A documentação exigida para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 será estabelecida, neste processo licitatório, de acordo com as condições definidas no edital, conforme prescreve o artigo 65, da mesma lei.

16.4.2. Para a habilitação das licitantes, conforme descrito no artigo 62, do Decreto Estadual nº 13.163/2023, será exigida no edital, exclusivamente, a documentação relativa:

- a) à habilitação jurídica;
- b) à qualificação técnica;
- c) à regularidade fiscal, social e trabalhista;
- d) à qualificação econômico-financeira;

16.5. **Habilitação técnica:** Com base nas disposições do artigo 62, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será exigido da licitante a seguinte documentação:

16.5.1. A critério de habilitação técnica, o fornecedor deverá apresentar inscrição regular da licitante junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro.

16.5.2. Autorização de Funcionamento da Entidade Junto à SUSEP, para operar com seguros.

16.5.3. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou de forma satisfatória, serviço de seguro de veículos com características pertinentes e compatíveis com o objeto do presente Termo de Referência.

16.5.4. Declaração da licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

16.5.5. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade

dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

16.5.6. Demais condições definidas no edital.

16.6. **Habilitação Econômico-Financeira:** Com base nas disposições do artigo 62, IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será exigido da licitante a seguinte documentação:

O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

17. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

17.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxx (xx), conforme pesquisa de preço realizada junto empresas do ramo.

17.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

17.3. Tal valor foi obtido a partir de pesquisa de preços junto ao mercado, obtendo 03 (três) orçamentos de empresas, no qual foram identificados 03 orçamentos coerentes com o objeto a ser licitado, em conformidade com o que preceitua o Decreto Estadual nº 11.363/2023.

17.4. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

18. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 2024, a cargo da Secretaria de Estado da Fazenda, cujos programas de trabalho e elemento de despesas específicas constarão da respectiva Nota de Empenho.

18.2. Em eventuais prorrogações as despesas correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral do Estado, para o exercício correspondente, a cargo da SEFAZ/AC.

18.3. A contratação para o exercício de 2024 será atendida pela seguinte dotação:

Órgão/Unidade Executora	Programa de Trabalho	Código da Despesa	Fonte de Recurso
715/001	04.125.1467.2221.00.00	3.3.90.39.69	1.500.0100

19. **LEGISLAÇÃO E NORMAS APLICÁVEIS**

19.1. A legislação e normas que regem esta licitação estão listadas abaixo, sem prejuízo da aplicação de outras regras dispostas em normas complementares que regulam os processos licitatórios na Administração Pública Estadual.

19.1.1. Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

19.1.2. Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

19.1.3. Decreto Estadual nº. 11.363, de 22 de novembro de 2023 – Regulamenta, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado do Acre, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

19.1.4. Circular SUSEP nº 621, de 12 de fevereiro de 2021 – Dispõe sobre as regras de funcionamento e os critérios para operação das coberturas dos seguros de danos.

19.1.5. Circular SUSEP nº 639, de 09 de agosto de 2021 – Dispõe sobre as regras e os critérios para

operação de seguros do grupo automóvel.

19.1.6. Demais normas legais e regulamentares aplicáveis, e pelas condições e exigências estabelecidas em Edital.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A Empresa contratada deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Administração contratante, quanto à operacionalidade do gerenciamento.

20.2. A licitante para fins de contratação, deverá estar cadastrada no Cadastro de Credor do Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil – SAFIRA da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ/AC e atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes no Edital e seus anexos.

20.3. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133, de 2021, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

20.4. Deverá ser assegurado, a qualquer tempo, o direito de fiscalizar a execução dos serviços.

20.5. Em caso de divergência entre as disposições do Edital e deste Termo de Referência prevalecerão as do Edital.

20.6. Não serão aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições como forma de justificar a não prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, ou mesmo a existência de anormalidades não previstas nas especificações.

20.7. Verificada qualquer irregularidade, a Administração contratante poderá suspender a execução dos serviços ou recusar a aceitação deles, cabendo à Empresa contratada arcar com as despesas até então realizadas ou com o ressarcimento dos valores pagos.

21. ANEXOS

21.1. Anexo “A” – Modelo de Proposta.

21.2. Anexo “B” – Nota de Empenho nº 7150010730/2024.

21.3. Anexo “C” – NF-e nº 000.000.289

21.4. Anexo “D” – Minuta de Contrato.

22. CONSIDERAÇÕES GERAIS

22.1. O presente termo de referência foi elaborado pela Divisão de Aquisições e Licitações, em conformidade com as disposições contidas no Título III, Capítulo I, Seção IV, do Decreto Estadual nº 11.363/202.

22.2. Diante do exposto, submete-se o presente Termo de Referência ao exame do Departamento de Administração e Finanças para posterior aprovação da autoridade competente, nos termos do disposto na art. 71, do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

À superior consideração, com vistas à aprovação.

Rio Branco-AC, 30 de agosto de 2024.

Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, estando este adequado ao que dispõe o Art. 93, do Decreto Estadual nº 11.363/2023, de 22 de novembro de 2023.

Rio Branco, 30 de agosto de 2024

José Marcos Duarte

Responsável pela Divisão de Aquisições e Licitações
Port. 299/2023 - SEFAZ

De acordo: Encaminha-se a Diretoria de Administração e Finanças para conhecimento e aprovação da autoridade competente.

Rio Branco, 25 de julho de 2024

Bruna Lima da Rocha Moura
Chefe do Departamento de Adm. e Finanças
Port. nº 7/2023

Ciente da necessidade da contratação em tela e das informações prestadas, aprovo o Termo de Referência, nos termos do disposto no art. 71, do Decreto Estadual nº 11.363/2023, de 22 de novembro de 2023.

Encaminha-se à Diretoria de Administração e Finanças para as demais providências.

Rio Branco, 25 de julho de 2024

José Amarísio Freitas de Souza
Secretário de Estado da Fazenda
Decreto nº 4.059-P/2023

23. ANEXO “A” – MODELO DE PROPOSTA

MODELO DE PROPOSTA

(Este documento deverá ser emitido, preferencialmente, em papel que identifique a empresa licitante)

Proposta Comercial
Razão Social da Licitante:
CNPJ:
Endereço: Telefone/Fax: E-mail:
Representante(s)/Qualificação:
Ref.: Pregão eletrônico nº ____/2024.

Prezados senhores,

Apresentamos a seguir nossa proposta para a prestação dos serviços de Seguro Automotivo referente à licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº ____/2024.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR DA FRANQUIA	VALOR DO PRÊMIO

1	Seguro Automotivo para 01 (um) veículo oficial, IVECO DAILY 45-160 EQUIPADO COM BAU - Automóvel utilitário tipo caminhão com baú em alumínio (veículo urbano de carga) 4x2; zero quilômetro, ano de fabricação/modelo 2023/2024 - com assistência 24 horas. Valor total do prêmio para o período de 12 meses.	serv	1	R\$	R\$
Valor Total do Prêmio: R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).					

1. O prazo de validade de nossa proposta é de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da sua apresentação;
2. Os preços cotados incluem todos os custos e despesas, tais como: tributos incidentes, taxa de administração, prêmios de seguros, encargos sociais e trabalhistas e lucro;
3. Declaro serem verdadeiras todas as informações descritas nesta proposta, e que a menos de ocorrência de força maior serão mantidos os termos aqui presentes durante toda a vigência do contrato.

Observação:

A proposta deve ser assinada e rubricada em todas as suas folhas pelo representante legal da empresa ou por seu procurador. O modelo de proposta deste anexo tem por objetivo facilitar o trabalho das empresas interessadas, admitindo-se adaptações e acréscimos desde que não seja ocultada ou retirada qualquer informação contida no modelo.

Dados da Empresa

E-mail:		Telefone: () ____ - ____	
Endereço:			
CEP:	Cidade:		
Banco:	Agência:	Conta:	

Dados do representante legal para assinatura do contrato

Nome:		
Endereço:		
CEP:	Cidade:	UF:
CPF	Cargo/Função:	
RG:	Órgão Expedidor:	
Naturalidade:	Nacionalidade:	

_____, ____ de _____ de 2024.

Nome e Assinatura do Responsável Legal

<div><div>GOVERNO DO ESTADO DO ACRE Serviço Público Estadual</div></div>			
10-DOCUMENTO NOTA DE EMPENHO		2-NÚMERO 71500107302024	3-DATA 14/05/2024
20-4-ORÇÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ		5-UNIDADE ORÇAMENTÁRIA UNIDADE GESTORA	
6-PROJETO ATIVIDADE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA.		10-COD. CLAS. ORÇAM. 715.001.04129146711990000	
7-ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		11-COD. DESPESA 4 4 90 52 00 00	
8-FONTE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (SUPERÁVIT)		12-COD. FONTE RECURSO 27540500	
9-VALOR POR EXTENSO TREZENTOS E SETENTA E CINCO MIL REAIS*****		13-VALOR 375.000,00	
30-NOME: MANUPA COMERC EXPOR IMPORT DE EQUIP E VE			
ENDEREÇO: RUA PEROLA NEGRA, N 18 NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS MANAUS AM		14-CNPJ/CNPJ 03.093.776/0004-34	
CLASSE: FORNECEDOR		15-COD. CLASSE DO EMPENHO Credor: 168857 Classe: 9	
BANCO: BANCO DO BRASIL S/A		16-BANCO/AG./CONTA 001/0474X/28579-X	
AGÊNCIA: ESPÍRITO SANTO PINHAL			
40-17-HISTÓRICO VALOR REF.A AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, TIPO UTILITÁRIO, ZERO QUILOMETRO, EMPLACADO NO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ACRE, EM NOME DA SEFAZ, COM GARANTIA DO FABRICANTE, TOTALMENTE DESEMBALADO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEFAZ/AC NO EXERCÍCIO DE 2024, CONTRATO N° 06/2024, CONFORME REQUISIÇÃO PARA FINS DE EMPENHO N° 119/2024/SEFAZ-DAF, PROCESSO N° 0715.012432.00216/2023-31.			
18-SALDO ANTERIOR 1.114.400,00		19-VALOR EMP. / CANCELADOS R\$ 375.000,00	
20-SALDO ATUAL 739.400,00		21-TIPO ESTIMATIVO	
22-DOCUMENTO TIPO NÚMERO		23-EMPENHO	
24-LIQUIDAÇÃO			
RECEBI EM ____/____/____			
ASSINATURA DO CREDOR			
25-DISCRIMINAÇÃO			
27-REQUISIÇÃO		28-PROCESSO	
29		30	
E M I T E N T E		CREDENCIADOR DA DESPESA	



Documento assinado eletronicamente por **JOSE AMARÍSIO FREITAS DE SOUZA, Secretário(a) de Estado**, em 02/09/2024, às 13:35, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



Documento assinado eletronicamente por **BRUNA LIMA DA ROCHA MOURA, Chefe(a) de Departamento**, em 03/09/2024, às 12:28, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0012232951** e o código CRC **8D218B3B**.

Referência: Processo nº 0715.004345.00091/2024-17

SEI nº 0012232951

ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO

SEGURO AUTOMOTIVO

CONTRATO Nº __/2024

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº XX/2024 QUE FAZEM ENTRE SI O ESTADO DO ACRE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA COMO CONTRATANTE E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX COMO CONTRATADA.

(PROCESSO SEFAZ/SEI/ Nº 0715.004345.00091/2024-17).

Estado do Acre, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.034.443/0001-54 por intermédio da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ/AC, CNPJ nº 04.034.484/0001-40, com sede provisória na Rua 24 de janeiro, nº 35 – Bairro 06 de agosto - Rio Branco/AC, neste ato representada pelo seu Secretário de Estado, Sr. JOSÉ AMARÍSIO FREITAS DE SOUZA, Secretário de Estado da Fazenda, CPF nº 508.222.252-04, nomeado pelo Decreto nº 4.059-P/2023, de 13 de março de 2023, publicado no Diário Oficial nº 13.550, de 07 de junho de 2023, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa [NOME DA EMPRESA], pessoa jurídica, CNPJ: [número], situada na cidade de [nome] na [endereço], doravante denominado CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. [NOME], CPF: [número] domiciliado na cidade de [cidade/estado] na [endereço], conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, firmam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO AUTOMOTIVO, à vista do que consta no PROCESSO SEFAZ/SEI Nº 0715.004345.00091/2024-17 e em observância ao que dispõe a legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021, Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor e Decreto Estadual nº 11.363/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº ____/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas, cujo cumprimento se obrigam mutuamente.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente contrato é a contratação de seguro total para 01 (um) veículo, IVECO DAILY 45-160 EQUIPADO COM BAU - Automóvel utilitário tipo caminhão com baú em alumínio (veículo urbano de carga) 4x2; zero quilômetro, ano de fabricação/modelo 2023/2024 pertencente a frota de veículos oficiais da CONTRATANTE, observado o Edital, o Termo de Referência e a Proposta da CONTRATADA, os quais são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição, e serão observados naquilo que não o contrarie.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1. A execução do objeto do presente contrato será de forma indireta, por empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO (art. 106 e 107)**

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste Contrato, devendo ser observado o prazo previsto no art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021 para sua prorrogação.

3.2. A prorrogação de que trata esta cláusula é condicionada ao ateste pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

3.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada.

3.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente.

3.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a CONTRATANTE mantém interesse na realização do serviço.

3.2.4. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação.

3.2.5. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

3.3. A contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4. **CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 92, IV, VII e XVIII)**

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, que é parte integrante deste Contrato independentemente de transcrição.

5. **CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO (art. 122)**

5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. **CLÁUSULA SEXTA - PREÇO**

6.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....), para 12 (doze) meses de execução contratual.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

7.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que é parte integrante deste Contrato independentemente de transcrição.

8. **CLÁUSULA OITAVA - reajuste DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)**

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de emissão da apólice.

8.2. O valor do seguro deverá ser ajustado anualmente, considerando a taxa de sinistralidade e a tabela IPC da FIPE, o que transforma o mercado securitário volúvel, desta forma, o valor poderá ser ajustado anualmente, no término da vigência. A CONTRATADA deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda.

8.3. O reajuste será realizado por termo aditivo.

8.4. Os reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

9. **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES (art. 92, X, XI e XIV)**

9.1. As obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE encontram-se definidas no Termo de Referência, que é parte integrante deste Contrato independentemente de transcrição.

10. **CLÁUSULA DEZ – GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XI E XII)**

10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11. **CLÁUSULA ONZE – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, A contratada que:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial deste Contrato;

11.1.2. Dar causa à inexecução parcial deste Contrato que cause grave dano à CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Dar causa à inexecução total deste contrato;

11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução deste Contrato;

11.1.9. Praticar ato fraudulento na execução deste Contrato;

11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. A CONTRATANTE pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência** - quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.2. **Multa** (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021) (art. 156, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021).

a) Multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor total deste Contrato, por dia de atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Referência e neste Contrato, até o limite de 30 (trinta) dias. Após 30 (trinta) dias, este Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis;

b) Multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total deste Contrato

por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

c) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total do objeto ou rescisão unilateral por culpa da CONTRATADA;

- § [c.1] Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual da alínea acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

11.2.3. **Impedimento de licitar e contratar** (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. Os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A sanção prevista no subitem 11.2.1, será aplicada exclusivamente quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.5. A sanção prevista no subitem 11.2.2, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no Subitem 11.1.

11.6. A sanção prevista no subitem 11.2.3, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 11.1.2, 11.1.3, 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6 e 11.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.7. A sanção prevista na no subitem 11.2.4, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 11.1.8, 11.1.9, 11.1.10, 11.1.11 e 11.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 11.1.2, 11.1.3, 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6 e 11.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no Subitem 11.2.3, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.8. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.12. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

11.13. Os atos previstos como infrações administrativas neste Contrato ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade

competente definidos na referida Lei.

11.14. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.15. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.16. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observado o rito procedimental e autoridade competente definido na referida Lei (art. 159).

11.18. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Termo de Referência e neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.19. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.19.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.19.2. Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão, decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com a CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11.19.3. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, registradas no LICON e publicadas no Diário Oficial do Estado

12. **CLÁUSULA DOZE – EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)**

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da contratada pela contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.3. Este Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

a) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. **CLÁUSULA TREZE – ALTERAÇÕES (ART. 124)**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. **CLÁUSULA QUATORZE – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão/Unidade Executora	Programa de Trabalho	Código da Despesa	Fonte de Recurso	Valor Estimado
715/001	04.125.1467.2221.00.00	3.3.90.39.69	1.500.0100	R\$

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. **CLÁUSULA QUINZE – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

15.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

15.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

16. **CLÁUSULA DEZESSEIS – CASOS OMISSOS (ART. 92, III)**

16.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e demais regulamentos e normas administrativas federais.

17. **CLÁUSULA DEZESSETE – PUBLICAÇÃO (ART. 94)**

17.1. Incumbirá à contratante divulgar o presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, e no respectivo sítio oficial do Estado do Acre e no LICON, bem como sua publicação no Diário Oficial do Estado.

18. **CLÁUSULA DEZOITO – FORO (ART. 92, § 1º)**

18.1. Fica eleito foro da comarca de Rio Branco/AC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme disposto no art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado eletronicamente pelos contraentes e por duas testemunhas.

Rio Branco - AC,...../...../.....

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

CPF/MF N° _____ CPF/MF N° _____



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ MARCOS DUARTE, Chefe de Divisão**, em 02/09/2024, às 13:08, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



Documento assinado eletronicamente por **JOSE AMARÍSIO FREITAS DE SOUZA, Secretário(a) de Estado**, em 02/09/2024, às 13:35, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



Documento assinado eletronicamente por **BRUNA LIMA DA ROCHA MOURA, Chefe(a) de Departamento**, em 03/09/2024, às 12:28, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0012232951** e o código CRC **8D218B3B**.

Referência: Processo nº 0715.004345.00091/2024-17 SEI nº 0012232951

ANEXO III DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico N.º ____/____.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados _____, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

EMAIL: _____

TELEFONE: _____

CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 4.0 DO TERMO DE REFERÊNCIA

O **prazo de validade** de nossa **proposta de preços** é de **xxx (xxxxxxxxx) dias**, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

1. **Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.**
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
3. Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.

ANEXO IV DO EDITAL - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 0715.004345.00091/2024-17

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Processo SEFAZ/SEI Nº: 0715.004345.00081/2024-17.

1.2. Área demandante: Divisão de Logística e Manutenção Predial - DILOGMP.

1.3. Responsável pela área demandante: Marcela Janara Ardaia de Oliveira.

1.4. A contratação pretendida não está prevista no Plano de Contratação Anual - PCA/2024, conforme consta no processo SEI nº 0715.012462.00125/2024-56. Ressalta-se que esta Secretária possui contrato de seguro veicular, no entanto, não foi possível realizar a inclusão de mais um veículo ao contrato, sendo necessário realizar novo processo licitatório.

1.5. O certame licitatório será realizado na modalidade **Pregão**, em sua forma **Eletrônica**, cujo critério de julgamento para escolha da proposta mais vantajosa para a Administração será o **menor preço global**.

2. OBJETIVO

2.1. O objetivo do presente ETP - Estudos Técnicos Preliminares é identificar o problema demandado e estudar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a elaboração de TdR - Termo de Referência para fins de contratação de serviços contínuos de seguro automotivo para 01 (um) veículo oficial, IVECO DAILY 45-160 EQUIPADA COM BAU - Automóvel utilitário tipo caminhão com baú em alumínio (veículo urbano de carga) 4x2; zero quilômetro, ano de fabricação/modelo 2023/2024 - com assistência 24 horas, conforme condições, quantidades e especificações descritas no Termo de Referência, à luz do disposto nos arts. 6º, incs. XVI e XX, 18, inc. I e § 1º, e 23, § 1º, todos da Lei nº 14.133/2021, combinado com as regras regulamentares contidas no Decreto Estadual nº 11.363/2023, no intuito de garantir a preservação do patrimônio público, bem como a prevenção de eventuais sinistros que possam ocorrer durante o uso continuado do veículo.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação do seguro automotivo para o veículo referido no item anterior é de crucial importância para a segurança dos servidores e colaboradores que o utilizam, assim como para a preservação patrimonial do bem pertencente à SEFAZ/AC. O veículo será utilizado regularmente pela instituição na movimentação e transporte de materiais e equipamentos, inclusive em viagens para o interior do Estado. Dessa maneira, é imprescindível que o veículo adquirido esteja coberto por seguro que possa garantir serviços de assistência automotiva 24h por dia, como reboque, mecânico, traslado de passageiros, entre outros, além de possibilitar ressarcimento à instituição, ou à terceiros envolvidos, em situações de sinistro que podem ocorrer como colisão, incêndio, roubo/furto dos veículos.

3.2. Ressalta-se ainda que, esta contratação tem por finalidade salvaguardar o patrimônio público estadual contra eventuais sinistros envolvendo o veículo a ser utilizados nas múltiplas atividades da administração pública. Além disso, visa resguardar o erário de possíveis reclamações por danos pessoais ou materiais causados a terceiros. Também busca proporcionar maior segurança aos condutores e servidores que utilizarão o veículo no pleno exercício de suas atribuições, considerando que este frequentemente trafegará por rodovias e vias de tráfego intenso, estando assim sujeito a eventualidades.

3.3. As coberturas de seguro têm o objetivo de garantir ao segurado, até o limite máximo estabelecido, o pagamento das indenizações que ele seja obrigado a fazer por danos acidentais a pessoas ou bens. Isso inclui danos causados ao próprio veículo segurado, a passageiros transportados, a terceiros não transportados, e outras situações decorrentes de riscos cobertos relacionados ao veículo segurado.

3.4. O seguro automotivo referenciado neste Estudo se enquadra na modalidade de bens e serviços comuns para fins do disposto no art. 3º, II, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 – Pregão Eletrônico, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no edital e, anexos, por meio de

especificações usuais de mercado, conforme art. 6º, XLI da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade da modalidade pregão para aquisição de bens e serviços comuns. A prestação desses serviços não gerará vínculo empregatício entre os profissionais da Empresa contratada e da Administração contratante, entre os quais será vedada qualquer relação de pessoalidade e subordinação direta, nos moldes dos referidos instrumentos legais.

3.5. O serviço possui natureza continuada, cuja vigência contratual será de 12 meses, devendo ser observado o prazo previsto no art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021 para sua prorrogação, com a ressalva de que o prazo de 120 (cento e vinte) meses previsto nos referidos artigos poderá ser ultrapassado, por se tratar de contrato de direito privado firmado com a Administração (Acórdão TCU nº 600/2015 – Plenário). A prorrogação dar-se-á mediante a autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

3.5.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

3.5.2. Haja interesse da Administração contratante na prorrogação e seja comprovado que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

3.5.3. Haja manifestação expressa da Empresa contratada informando o interesse na prorrogação;

3.5.4. Seja comprovado que a Empresa contratada mantém as condições iniciais de habilitação

3.6. Pela própria natureza da necessidade da contratação, percebe-se, que está presente relevante interesse público.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para atendimento da demanda se faz necessário contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro automotivo, devidamente regular junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.

4.2. Somente poderão participar desta licitação sociedades seguradoras constituídas na forma societária de sociedades anônimas, devidamente autorizadas pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) e que atendam às condições previstas no termo de referência.

4.3. Em atenção ao ACÓRDÃO Nº 600/2015 – TCU – Plenário não será permitida a participação de empresa corretora de seguros neste processo de licitação.

ACÓRDÃO Nº 600/2015 – TCU – Plenário – VEDAÇÃO à participação de empresas de corretagem na execução dos serviços. (...) 9.2.5. a atuação de empresa corretora de seguros na intermediação da execução de contrato de seguros, ainda que sem vínculo formal direto com a Administração Pública, constitui afronta aos arts. 16, § 3º, do Decreto nº 60.459/67, aos princípios da licitação constantes da Lei nº 8.666/93 e do art. 37, XXI, da Constituição Federal, bem como contraria jurisprudência deste Tribunal sobre a matéria (Decisões nº 938/2002-TCU-Plenário e nº 400/1995-TCU-Plenário).

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois a SEFAZ/AC possui um histórico de contratações anteriores desse mesmo serviço e até o momento não houve registro de problemas. Outrossim, o contrato ora em vigor, não prevê a garantia de execução contratual e nem por isso tem deixado de atender de maneira eficiente, eficaz e efetiva às necessidades da Administração. Importa relatar, que os riscos inerentes à contratação e as respectivas tratativas foram apontados no Mapa de Riscos (evento SEI 0011782171). Considerando, portanto, o exposto neste documento, não será necessário exigir da beneficiária, nesta contratação, a garantia contratual que a Administração contratante comumente aplica no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. A partir de avaliações no histórico das contratações de seguros anteriores, podemos afirmar que esse modelo de contratação atende de maneira satisfatória e eficaz os objetivos demandados, assim como se constatou que existem diversas empresas no ramo de seguros aptas a efetuarem a contratação e prestação do serviço.

5.2. A contratação dos serviços pretendidos encontra-se elencada no rol das atividades preferencialmente objeto de execução indireta, previstos na legislação pertinente.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. O seguro a ser contratado proporcionará diversos serviços básicos e adicionais, tais como assistência 24 horas, Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V), acidentes pessoais de passageiros ou ocupantes e aplicação de bônus de seguro, visando sempre zelar pelo patrimônio público, conforme preconizado pelo princípio constitucional da eficiência.

6.2. Acionamento de sinistro

6.2.1. A Administração contratante acionará a Seguradora contratada tão logo ocorra o sinistro de veículo segurado.

6.2.2. A Empresa contratada deverá colocar à disposição da Administração contratante, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

6.2.3. A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

6.2.4. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a Empresa contratada terá, no máximo, 05 (cinco) dias úteis a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

6.2.5. Havendo a necessidade de reboque, a Empresa contratada deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o acionamento de sinistro.

6.2.6. A Seguradora deverá indenizar os prejuízos resultantes de riscos cobertos pelas garantias ajustadas para as pessoas e veículos, em no máximo 30 (trinta) dias úteis, contados da data do recebimento da comunicação oficial feita pela Administração contratante.

6.3. Apólice

6.3.1. A emissão deverá resultar em uma única apólice, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para a Administração contratante.

6.3.2. Deverá constar na apólice:

- a) Identificação e descrição do veículo com suas devidas especificações;
- b) Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação;
- c) Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100%;
- d) Prêmio discriminado por cobertura;
- e) Bônus, quando houver;
- f) Franquia aplicável.

6.3.3. A apólice deverá ser disponibilizada para a Administração contratante, em parcela única, em meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento pela Empresa contratada da nota de empenho.

6.3.4. Após a disponibilização da referida apólice, a Administração contratante terá o prazo de 05 (cinco) dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.

6.3.5. Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a Empresa contratada disporá de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do pedido expresso pela Administração contratante.

6.3.6. O fato de a Seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.

6.3.7. A apólice terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua emissão.

6.4. Assistência

6.4.1. A Empresa contratada deverá prestar serviços de assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, para veículos, passageiros e motoristas, incluindo guincho e reboque ilimitado em caso de panes ou acidentes, e cobertura de vidros.

6.4.2. A assistência estender-se-á por todo o Estado do Acre, sem aplicações de franquias quilométricas ou taxas

extras para os serviços de cobertura, guincho ou reboque.

6.4.3. A Empresa contratada deverá possuir uma representação (corretor de seguros) 24 (vinte e quatro) horas por dia disponível para, em casos de sinistros ou eventuais serviços, prestar apoio/atendimento exclusivo à SEFAZ/AC, inclusive as agências e postos fiscais, durante todo o período de vigência contratual.

6.4.4. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

6.4.5. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

6.5. Avaria

6.5.1. Caso haja alguma avaria, preexistente e qualificada, na vistoria de contratação do seguro, não será impeditivo para contratação sendo, porém, excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de perda parcial.

6.5.2. Após procedimento de recuperação, pela SEFAZ/AC durante a vigência do seguro, esta deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da “Cláusula de Avaria”.

6.5.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

6.5.4. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

6.6. Bônus

6.6.1. Não existe bonificação anterior para o veículo que necessita ser segurado.

6.7. Cobertura mínima

6.7.1. O seguro total deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada e indicada pela Administração contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo território nacional, conforme abaixo:

- a) Acidentes pessoais por passageiros.
- b) Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado.
- c) Acidente envolvendo o veículo segurado com outros veículos, dentro de suas dependências.
- d) Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.
- e) Atos involuntários praticados por terceiros.
- f) Cobertura de vidros, retrovisores, lentes e faróis.
- g) Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

§ Chaveiro;

§ Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela administração contratante;

h) Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento, envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado.

i) Danos causados a terceiros, Responsabilidade Civil Facultativa RCF.

j) Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

k) Danos causados a pintura por acidente ou por atos de terceiros.

l) Danos causados aos pneus, em caso de acidentes.

§ Os pneus somente terão cobertura em caso de acidente aonde o valor dos reparos atinja o valor da franquia.;

§

m) Granizo.

n) Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e

eventual por terceiros.

- o) Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas e retrovisores.
- p) Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo.
- q) Raios e suas consequências.
- r) Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto, incluindo os vidros.
- s) Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.

Em casos de que trata o item acima, a Seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia, sua utilização não implica em perda de bônus para o segurado.

t) Transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo, bem como imobilização do veículo segurado.

6.7.2. O seguro deve oferecer:

- a) Assistência 24 (vinte e quatro) horas ao segurado, em caso de acidente ou pane mecânica e/ou elétrica, dentro e fora do Estado do Acre.
- b) Cobertura de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos – RCF-V (Danos Materiais, Danos Corporais e Danos Morais).
- c) Cobertura de Seguro de Acidentes Pessoais de Passageiros – APP (Morte, Invalidez permanente e Despesas Médicas).
- d) Cobertura de danos da carroceria.
- e) Cobertura de danos nos acessórios, para-brisa, vidro traseiro (vigia), farol, lanterna e retrovisor.

6.8. Endosso

6.8.1. Quaisquer alterações na apólice tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, poderão ser solicitadas pela SEFAZ/AC e processada pela Seguradora, mediante endosso, inclusive no caso de doação ou compra de novos veículos por parte da Administração contratante.

6.8.2. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placa do veículo emitido erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, que se apresentarem durante o período da vigência da apólice.

6.8.3. As alterações serão informadas à Empresa contratada para que esta inicie procedimentos de endosso e/ou atualização da apólice, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da confirmação de recebimento da informação.

6.9. Exclusão

6.9.1. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a Empresa contratada deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração contratante, mediante a fórmula:

$X \div 12 = Y$ e $Y \times Z = VT$ onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT= Valor total a ser devolvido à Administração Contratante.

6.9.2. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela Divisão de Transportes da SEFAZ/AC à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

6.9.3. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

6.9.4. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da Secretaria de Estado da Fazenda, devendo a Empresa contratada enviar recibo, devidamente quitado, à Divisão de Transportes da SEFAZ/AC.

6.10. Fatores e condições de diminuição de riscos

6.10.1. Na formulação de preços deverão ser levados em conta que o veículo objeto deste Termo de Referência, de regra, pernoita e permanece durante os dias úteis, finais de semana e feriados em garagem privativa coberta e guardada por vigilância ostensiva durante 24 horas ininterruptas e conta também com o sistema de câmeras que registram e gravam 24 horas por dia ininterruptas.

6.10.2. O veículo é conduzido por servidor ou motorista contratado, de acordo com suas devidas categorias.

6.10.3. Características individuais dos motoristas, como tempo de habilitação, idade ou sexo, não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratado.

6.10.4. Não há previsão de quantidade da quilometragem a ser percorrida pelo veículo da frota da SEFAZ/AC no período da vigência do seguro.

6.10.5. Diante das informações fornecidas nos itens acima e, devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

6.10.6. Durante a vigência do contrato, podem ser inseridos ou retirados veículos da apólice, obedecendo às normas de inclusão por endosso.

6.11. Franquia reduzida

6.11.1. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função do preço proposto (prêmio).

6.11.2. O valor referente à franquia do veículo deverá considerar a modalidade “Franquia Reduzida”.

6.11.3. O valor da franquia deverá constar obrigatoriamente na proposta e na apólice, não devendo exceder o limite máximo de 4,5% do valor de mercado do veículo, considerando 100% do valor da tabela FIPE.

a) O valor da franquia considerado especificamente para a ocorrência de sinistro com a carroceria não será cumulativo com a franquia de que trata o **subitem 6.11.3**.

6.11.4. Considera-se franquia para vidros o somatório de valores referentes a serviços de substituição de: para-brisas, faróis, lanternas e retrovisores.

a) A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver, a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

b) O valor da franquia considerado especificamente para a ocorrência de sinistro com substituições unicamente de itens com para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não serão cumulativos com a franquia de que trata o **subitem 6.11.3**.

6.11.5. A franquia será paga diretamente à empresa prestadora do serviço de reparo. Para tanto, a empresa a ser contratada deverá encaminhar, juntamente com a apólice e o manual, relação atualizada das empresas credenciadas ou outro documento que comprove a parceria comercial existente entre as duas empresas, observando o prazo e as condições indicadas neste Termo de Referência.

6.11.6. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral do veículo ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

6.12. Garantias básicas do seguro

6.12.1. Valor de mercado referenciado

a) Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site www.fipe.org.br. E, em caso de extinção ou interrupção da publicação da mesma, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site www.molicar.com.br, com o mesmo percentual. Fica vedada a utilização de qualquer outra tabela.

b) Em se tratando de sinistro envolvendo veículo zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 dias a contar data de seu recebimento pela SEFAZ/AC, independente da quilometragem rodada no período. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro

6.12.2. Responsabilidade Civil Facultativa:

a) Valor para indenização de danos materiais: R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais).

b) Valor para indenização de danos corporais: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

c) Valor para indenização de danos morais: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

6.12.3. Acidente Pessoais por Passageiro (APP):

a) Valor para indenização por morte: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por pessoa.

b) Valor para indenização por invalidez: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por pessoa.

c) Despesas médico-hospitalares (DMHO): R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por pessoa.

6.12.4. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os serviços mínimos:

a) Chaveiro, Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela Administração contratante (km livre), com prazo máximo de 3 horas para atendimento;

b) Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado;

c) Transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

6.12.5. Cobertura de danos da carroceria:

a) Valor para indenização: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

6.12.6. Indenização Parcial: O seguro deverá abarcar no mínimo as seguintes características:

a) Danos parciais causados ao veículo segurado por acidentes de trânsito tais como (colisão, capotagem /queda accidental), ou outros que vierem a ocorrer.

b) Acidentes durante o transporte do veículo segurado por meio apropriado.

c) Atos danosos causados por terceiros.

d) Inundação, alagamento, ressacas, ventos fortes, granizo e queda accidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo.

e) Descargas atmosféricas (raios) e suas consequências.

f) Queda de agentes externos sobre o veículo.

g) Queda em precipícios ou pontes.

h) Danos causados a pintura por acidente ou por terceiros.

i) Acidente envolvendo o veículo segurado com veículos de servidores da Administração contratante, dentro de suas dependências (sendo a cobertura somente do veículo da frota da SEFAZ).

j) Danos causados aos pneus, em caso de acidente.

k) A Administração contratante participará por evento, nos prejuízos indenizáveis, com o valor da Franquia especificado na apólice.

6.12.7. Indenização Total: O Seguro deverá abarcar com garantia total (integral), no mínimo as seguintes características básicas:

a) Danos totais causados ao veículo segurado por acidentes de trânsito tais como: (colisão, capotagem/queda accidental), ou outros que vierem a ocorrer.

b) Acidentes durante o transporte do veículo segurado por meio apropriado.

c) Atos danosos causados por terceiros.

d) Inundação, alagamento, ressacas, ventos fortes, granizo e queda accidental de qualquer agente

ou objeto externo sobre o veículo.

e) Descargas atmosféricas (raios) e suas consequências.

f) Queda de agentes externos sobre o veículo.

g) Queda em precipícios ou pontes.

h) Danos causados a pintura por acidente ou por terceiros.

i) Acidente envolvendo o veículo segurado com veículos de servidores da contratante, dentro de suas dependências (sendo a cobertura somente do veículo da frota da SEFAZ).

j) Danos causados aos pneus, em caso de acidente.

k) A Administração contratante participará, por evento, nos prejuízos indenizáveis com o valor da Franquia especificado na apólice.

l) Indenização parcial por roubo, furto e/ou incêndio do veículo segurado: o seguro deverá acobertar com indenização parcial no mínimo as seguintes características básicas:

§ Danos causados por tentativa de roubo ou furto do veículo;

§ Danos causados por incêndio ou explosão acidental ou intencional que danifiquem parcialmente o veículo;

§ Danos causados ao veículo segurado após a ocorrência de roubo ou furto consumado, se o mesmo vier a ser recuperado antes do pagamento da indenização;

m) A Administração contratante participará por evento, nos prejuízos indenizáveis, com o valor da Franquia especificado na apólice, exceto nos casos de incêndio, queda de raio e/ou explosão do veículo segurado.

6.12.8. Indenização Total por Roubos, furtos e/ou incêndio do veículo: O Seguro deverá acobertar com indenização parcial, no mínimo as seguintes características básicas:

a) Roubo ou furto do veículo segurado.

b) Incêndio ou explosão acidental do veículo segurado.

c) Em caso de furto localizado, o valor das despesas com socorro e salvamento.

d) Deverá ser somado ao valor dos demais prejuízos indenizáveis para fins de dedução da franquia.

6.13. Inclusão e substituição

6.13.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a Empresa contratada deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

6.13.2. Em caso de veículo a ser substituído, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

6.13.3. A devolução deverá ser realizada mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da Secretaria de Estado da Fazenda, devendo a Empresa contratada enviar recibo, devidamente quitado, à Divisão de Transportes da SEFAZ/AC.

6.13.4. Caberá à Divisão de Transportes da SEFAZ/AC, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a Empresa contratada obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

6.14. Indenização

6.14.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.

6.14.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o

sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.

6.14.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela SEFAZ/AC e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa

6.15. Indenização integral

6.15.1. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% do valor referenciado.

6.15.2. Em caso de indenização integral a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

6.15.3. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.

6.16. Local de estacionamento do veículo:

1.1.1. Quando não está em operação, o veículo fica estacionado em local fechado com segurança, situado nas instalações da SEFAZ/AC, na Rua 16 de outubro nº 693, Bairro Quinze, em Rio Branco/AC.

6.17. Manuais

6.17.1. A Seguradora deverá fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro automotivo para cada veículo.

6.18. Prazo de Cobertura:

6.18.1. O prazo de vigência do seguro é de 12 (doze) meses a partir da emissão da apólice.

6.19. Região de cobertura:

6.19.1. O veículo trafega na cidade de Rio Branco - BA, por estradas e municípios afastados, dentro do estado do Acre, e ocasionalmente em estados vizinhos.

6.20. Regulação de sinistro

6.20.1. Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

6.20.2. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, a Administração contratante poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.

6.20.3. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da Administração contratante.

6.20.4. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

6.20.5. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da Administração contratante. Não cabendo, pela Empresa contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

6.20.6. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

6.20.7. Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente 2% do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

6.21. Salvados

6.21.1. Uma vez paga a indenização integral, o salvo passa a ser de inteira responsabilidade da Seguradora.

6.21.2. É de inteira responsabilidade da Seguradora, providenciar a transferência do referido salvo e o devido encerramento de registro em nome da Administração contratante junto aos órgãos pertinentes.

6.22. Vistoria prévia

6.22.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante poderá efetuar vistoria prévia no veículo a ser segurado. O veículo estará disponibilizado no pátio da Secretaria de Estado da Fazenda –

SEFAZ/AC, localizada na Rua 16 de outubro, 693 – Bairro Quinze, Rio Branco–AC. A vistoria deverá ser agendada previamente com a Divisão de Transporte através do telefone (68) 3215-5013 devendo ser observado, ainda:

- a) Ser realizada por profissional especialmente credenciado como representante da empresa participante.
- b) Para a vistoria a licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- c) Não se admitirá um mesmo profissional como representante de mais de uma participante.
- d) Em nenhuma hipótese a participante/adjudicatária poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvida ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, arcando com quaisquer ônus decorrentes desses fatos.
- e) O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- f) Não realizada a vistoria ou não obedecidos os prazos previstos para a sua marcação ou realização, considerar-se-á que todos os concorrentes aceitaram as condições em que se encontra o veículo.
- g) O fato de a licitante deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinentes a esse objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios.
- h) Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria prévia, os participantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e graus de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão. Assim, a vistoria poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do participante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- i) A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. O quantitativo e a especificação do veículo, bem como o valor da aquisição estão discriminados na tabela a seguir:

SEGURO AUTOMOTIVO				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO	UND	QTD	VALOR DO VEÍCULO
1	IVECO DAILY 45-160 EQUIPADO COM BAU. Automóvel utilitário tipo caminhão com baú em alumínio (veículo urbano de carga) 4x2; zero quilômetro, ano de fabricação/modelo 2023/2024, ar condicionado, trava elétrica, alarme, vidros elétricos, aparelho de som rádio am/fm e bluetooth Capacidade de carga: 3500 PBT ou superior; Quantidade Cilindro Motor: 4 UN; Direção Hidráulica; Marchas Transmissão Frente: 5UN ou superior; Tipo Freio: à disco Dianteira e Traseira; Capacidade Tanque Combustível: 90 L ou superior; Tipo Motor: Diesel Turbo, Potência Motor: 160 cv ou superior; Baú seco em alumínio: 3m de comprimento ou superior; Cor: branca; Acessórios: Baú seco em alumínio com 3 metros de comprimento ou superior, Faróis de milha ou neblina; Central multimídia digital am/fm e bluetooth, alarme, vidros elétricos, trava elétrica.	un	1	R\$

7.2. Na descrição do veículo não consta o número de placa e/ou número de patrimônio, tendo em vista que o veículo é novo, adquirido pela SEFAZ/AC através do processo nº (0715.012432.00153/2023-12), nota de empenho nº 7150010730/2024 e NF-e nº 000.000.289, cujo processo de emplacamento será realizado posteriormente junto ao DETRAN/AC.

8. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

ao erário ou à terceiros envolvidos em situações de sinistro, roubo/furto do veículo.

12.3. No mapa de risco constarão os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram a tempo.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. A Divisão de Logística e Manutenção Predial será responsável pelo acompanhamento do contrato junto a Empresa contratada que realizará o serviço.

13.2. Para tal, serão indicados gestores e fiscais para gestão e fiscalização dos serviços.

13.3. A Empresa contratada, logo após a sua assinatura do Termo de Contrato, deverá emitir a apólice do seguro.

13.4. Após emplacamento dos veículos deverão ser efetuados endossos dos seguros informando a placa dos automóveis.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. A presente contratação não acarreta qualquer tipo de influencia ou impacto ambiental.

15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Avaliamos que o presente processo para contratação de seguro de veículo oficial adquirido pela Secretaria de Estado da Fazenda, possui viabilidade financeira com disponibilidade orçamentária, e viabilidade técnica na medida que se trata de serviço pontual, de grande necessidade para as atividades e preservação de bens da instituição.

16. CONSIDERAÇÕES GERAIS

16.1. O presente Estudo Técnico Preliminar - ETP foi elaborado conjuntamente por servidores lotados na Divisão de Logística e Manutenção Predial e Divisão de Aquisições e Licitações, em conformidade com as disposições contidas na Seção II, do Decreto Estadual nº 11.363/202.

16.2. Diante do exposto, submete-se o presente Estudo Técnico Preliminar - ETP ao exame do Departamento de Administração e Finanças para posterior aprovação da autoridade competente, nos termos do disposto na art. 71, do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

À superior consideração, com vistas à aprovação.

Marcela Janara Ardaia de Oliveira

Respons. Div. de Logística e Manut. Predial

Port. 870/2023 – SEFAZ

Filho

Predial

Cléber Arão Gomes Batista

Div. de Logística e Manut.

Matr. 9415955

REVISADO POR

José Marcos Duarte

Responsável pela Divisão de Aquisições e Licitações

Portaria nº 299/2023

DE ACORDO: Encaminha-se à Diretoria de Administração e Finanças, para **conhecimento e aprovação** da autoridade competente.

Bruna Lima da Rocha Moura

Chefe do Departamento de Adm. e Finanças

Ciente da necessidade da contratação em tela e das informações prestadas, **APROVO** o Estudo Técnico Preliminar, nos termos do disposto no art. 71, do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

Encaminha-se à Diretoria de Administração e Finanças para as demais providências.

José Amarísio Freitas de Souza
Secretário de Estado da Fazenda



Documento assinado eletronicamente por **CLEBER ARÃO GOMES BATISTA FILHO, Cargo Comissionado**, em 24/07/2024, às 13:17, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



Documento assinado eletronicamente por **MARCELA JANARA ARDAIA DE OLIVEIRA, Chefe de Divisão**, em 24/07/2024, às 16:14, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ MARCOS DUARTE, Chefe de Divisão**, em 25/07/2024, às 13:27, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



Documento assinado eletronicamente por **BRUNA LIMA DA ROCHA MOURA, Chefe de Departamento**, em 26/07/2024, às 11:36, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



Documento assinado eletronicamente por **JOSE AMARÍSIO FREITAS DE SOUZA, Secretário(a) de Estado**, em 26/07/2024, às 14:27, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0011781512** e o código CRC **3B2FD8F8**.

